

AS POLÍTICAS URBANAS E SUAS INFLUÊNCIAS NAS RELAÇÕES SOCIAIS

Thais Moreira de Oliveira

Centro Universitário Augusto Motta - UNISUAM

thais_seso@yahoo.com.br

Ao discorrer sobre Políticas Urbanas no atual contexto em que a sociedade se encontra é de fundamental importância que seja feita uma breve análise da conjuntura histórica, social, econômica e política que desencadearam a formação da sociedade que hoje se configura.

1. Breve retrospecto dos elementos determinantes do objeto de estudo

De acordo com Pimentel (2012) a trajetória da Política Habitacional ganha legitimação a partir de 1930 devido a mudanças no mercado de trabalho que originou num processo migratório para as grandes cidades acarretando em significativas mudanças. Diante deste contexto, a classe trabalhadora exerce questionamentos acerca das precárias condições de vida, trabalho e habitação trazendo à tona as expressões da questão social, com isto, o Estado passa a intervir por meio de Políticas Públicas, que de certa forma, serviam também para exercer controle sobre a classe mais pobre.

Inicialmente o desenvolvimento desta política estava atrelado a um caráter conservador e com o decorrer do tempo vai alargando seus horizontes de atuação, através da criação de órgãos habitacionais até chegar ao que temos atualmente – Política Nacional de Habitação.

Atrelado a isto está o processo de industrialização pelo qual o país passava e que fortificou o desenvolvimento econômico, na medida em que os imigrantes colaboraram para o engrossamento da economia nacional. Porém, este é um aspecto que não apresentou grandes modificações em seu processo de desenvolvimento, pois mesmo que de forma indireta é beneficiado pelo setor habitacional, numa parceria público e privado, que permanece nos moldes Neoliberais e favorece o livre Mercado. Conforme Behring e Boschetti, *“O predomínio do mercado como supremo regulador das relações sociais, contudo, só pode realizar na condição de uma suposta ausência de intervenção estatal.”* (BEHRING, BOSCHETTI 2010, P.56)

O atendimento e inclusão dos usuários na Política Habitacional não correspondem a uma perspectiva de cidadania, na medida em que a questão da moradia

não está regulamentada como direito na Constituição Federal de 1988, ou seja, não há um atendimento na perspectiva de universalidade. Neste cenário de desigualdades sociais, pode ser destacado este fator como uma expressão da questão social.

Segundo Yamamoto (2008:161) trata-se de:

uma velha “questão social” inscrita na própria natureza das relações sociais capitalistas, mas que, na contemporaneidade, se re-produz sob novas mediações históricas e, ao mesmo tempo, assume inéditas expressões espraiadas em todas as dimensões da vida em sociedade.

No atual contexto Neoliberal, pelo qual vem acontecendo o desmonte da Seguridade Social, na medida que a intervenção estatal mediante políticas públicas é mínima e ganham um caráter seletista, focalizado e fragmentado. O Estado Capitalista acentua inclusive, a individualização, através da criação de uma ideologia consumista, que cria novas necessidades, na maioria das vezes supérfluas, levando o cidadão a perda da identidade social e acirramento da competitividade, dificultando ainda mais o alcance aos direitos sociais coletivos adquiridos outrora.

É interessante notar que a criação dos direitos sociais no Brasil resulta da luta de classes e expressa a correlação de forças predominante. Por um lado, os direitos sociais, sobretudo trabalhistas e previdenciários, são pauta de reivindicação dos movimentos e manifestações da classe trabalhadora. (BEHRING e BOSCHETTI, 2012: 78-79).

2. O surgimento da Questão Social nos moldes da Sociedade Capitalista

Entende-se por questão social o resultado da relação entre capital e trabalho, na qual, a classe dos proletariados que possuem apenas sua força de trabalho, tem como única alternativa de sobrevivência vendê-la em troca de salário. Neste processo, a classe burguesa, detentora dos meios de produção, compra dos trabalhadores sua força de trabalho e passa a exercer domínio e controle por estes. Na medida em que ocorre esta interação, os burgueses apropriam-se também dos bens socialmente produzidos pela classe proletariada.

Questão social é então compreendida como expressão das desigualdades sociais, que resultam da exploração de uma classe em detrimento da outra, fator este inerente ao

modo de produção capitalista, na qual “o trabalho é coletivo e a apropriação privada da atividade, das condições e frutos do trabalho”.¹

O que existe de fato são as expressões da questão social que afetam diretamente a condição de vida dos trabalhadores, podendo ser explicitadas através de: desigualdade, pobreza, desemprego, fome, dentre outras formas, oscilando de acordo como período histórico em que ocorrem.

“questão social” em si, a partir dessa acepção, não existe na realidade, e, assim sendo, deve ser entendida como um conceito – cuja natureza é reflexiva, intelectual – e não como categoria. As categorias, para serem consideradas como tais, devem antes existir na realidade para que seja possível a sua abstração no âmbito do pensamento. Isto significa dizer que o que tem existência real *não é a “questão social” e sim suas expressões*, determinadas pela desigualdade fundamental do modo de produção capitalista.
(SANTOS, 2008: 28)

Sendo a questão social algo estabelecido e imutável na sociedade capitalista, o que ocorre são alterações nas formas em que se expressam e os impactos que causam na sociedade, principalmente na vida dos proletários, ou seja, dos pobres, que são mais vulneráveis e estão sujeitos às privações decorrentes dos novos rearranjos impostos.

A questão social é inerente ao modo de produção capitalista, cuja centralidade e fundamentação estão no trabalho, através do qual os homens produzem objetos necessários num processo de transformação da natureza.

Neste processo de produção capitalista “a produção do indivíduo isolado é uma abstração”. Tal mecanismo é feito através da coletividade dos trabalhadores que ao produzirem e reproduzirem os bens socialmente necessários interagem e estabelecem vínculos, acarretando então a produção social capitalista.

O processo capitalista de produção expressa, portanto, uma maneira historicamente determinada de os homens produzirem e reproduzirem as condições materiais da existência humana e as relações sociais através das quais levam a efeito a produção. Neste processo se reproduzem, concomitantemente, as idéias e representações que expressam estas condições e as condições materiais em que se produzem(...) (IAMAMOTO, 2009: 30)

¹ IAMAMOTO, Marilda Vilela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo, Cortez, 2012, p. 27

3. O Serviço Social e as expressões da questão social

A implementação do Serviço Social ocorre consubstancialmente ao avanço da produção capitalista, a partir da década de 1930, onde ocorre a intensificação da exploração a qual os trabalhadores estão submetidos, num dinamismo que afeta sua capacidade vital, além de sua capacidade produtiva. Com isto, os trabalhadores passam então a questionar os capitalistas e galgar melhores condições de trabalho e conseqüentemente de vida.

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão. [...] a luta defensiva que o operariado desenvolve aparecerão, em determinado momento, para o restante da sociedade burguesa, como uma ameaça a seus mais sagrados valores, “ a moral, a religião e a ordem pública”. Impõe-se a partir daí, a necessidade do controle social da exploração da força de trabalho. (IAMAMOTO, 2009: 77 e 126)

Cabe ressaltar que inicialmente atrelado a Igreja, como um serviço de ação social, na medida em que a igreja utiliza-se desta para prestar ações assistencialistas à classe subalternizada e pauperizada. Entretanto, apesar de obter um avanço no trato a questão social com a inserção do assistente social, tal conquista é neste momento ainda muito incipiente e seu avanço no decorrer da história ganha novas contribuições.

(...)a fase embrionária em que o serviço social se encontra – um prolongamento da Ação Social – constitui-se no essencial em vínculo de doutrinação e propaganda do pensamento social da Igreja, propondo-se à mobilização da opinião católica para o apostolado social. [...] A caridade passa a utilizar os recursos que a ciência e a técnica lhe oferecem; mobiliza, além dos sentimentos, a inteligência e a vontade para o serviço da pessoa humana. O Serviço Social representa uma evolução dos antigos métodos, favorecida pelas descobertas científicas, pelo desenvolvimento dos estudos sociológicos e, principalmente, pela intensidade e complexidade dos problemas sociais presentes. Isso o distingue das antigas formas de assistência. (IAMAMOTO, 2009: 201)

O Serviço Social surge então para atuar com suas práticas voltadas para “*caridade e repressão*”, decorrentes dos movimentos e manifestações exercidas pelos operários, que ao se encontrarem em condições insalubres e precárias de trabalho, cuja jornada diária de trabalho era extremamente intensificada e com remunerações insuficientes para a sobrevivência das famílias. Com isto, eram incluídas mulheres e

crianças no interior das fábricas, localizadas nos grandes centros urbanos, onde ao redor havia aglomerações de moradias precárias.

O poder aquisitivo dos salários é de tal forma ínfimo que para uma família média, mesmo com o trabalho extenuante da maioria de seus membros, a renda obtida fica em nível insuficiente para a subsistência. O preço da força de trabalho será constantemente pressionado para baixo daquele nível pela progressiva constituição de um relativamente amplo exercito industrial de reserva. A pressão salarial força a entrada de mulheres e crianças de ambos os sexos em idade extremamente prematura, o que funciona também como mecanismo de reforço ao rebaixamento salarial. [...] O operário contará para sobreviver apenas com a venda diária da força de trabalho, sua e de sua mulher e filhos. Não terá direito a férias, descanso semanal remunerado, licença para tratamento de saúde ou qualquer espécie de seguro regulado por lei. (IAMAMOTO, 2009: 129)

De acordo com as novas configurações pela qual a sociedade passa no decorrer de seu desenvolvimento, a questão social ganha novas formas de expressão e o assistente social necessita estar atualizado a este desenvolvimento.

Nas palavras de Iamamoto (2012)

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública etc. Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem. [...] Assim, apreender a questão social é também captar as múltiplas formas de pressão social, de invenção e de re-invenção da vida construídas no cotidiano, pois é no presente que estão sendo recriadas formas novas de viver, que apontam um futuro que está sendo germinado.

A reprodução das relações sociais e produtivas que ocorre de formas distintas de acordo com o período histórico atinge diretamente a vida dos trabalhadores, afetando diversos aspectos que não só o trabalho, são estes: família, lazer, educação; dentre outros, logo, atinge também o cotidiano do profissional de Serviço Social, pois este está inserido na sociedade capitalista e por esta é chamado a atuar com a perspectiva de conter os conflitos existentes entre as classes.

Porém, esta não é a única forma de atuação adotada por este profissional que pode pautar sua atuação sob um ângulo consciente adotado a partir de estudos teóricos que preocupam-se em explicar a totalidade contraditória pela qual a sociedade passa ciclicamente, renovando-se a cada período histórico e adaptando-se às novas configurações que surgirem. Além de analisar as particularidades que permeiam sua ação, através da abstração que visa captar as múltiplas determinações que perpassam

seu objeto de trabalho, bem como a basear-se no projeto ético-político profissional e nas legislações vigentes que respaldam sua intervenção profissional.

[...] Assim, apreender a questão social é também captar as múltiplas *formas de pressão social, de invenção e re-invenção da vida construídas no cotidiano*, pois é no presente que estão sendo recriadas formas novas de viver, que apontam um futuro que está sendo germinado.(IAMAMOTO, 2012: 28)

A criação das políticas sociais foi um mecanismo estratégico do Estado para responder as demandas emergentes relacionadas ao processo histórico de acumulação capitalista. Cujas centralidades estão no trabalho onde perpetua a questão social e suas múltiplas expressões.

Se o processo de produção articula a valorização do capital ao processo de trabalho, ou seja, se o trabalho é elemento decisivo que transfere e cria valor, então tal processo se refere sobretudo à produção e reprodução de indivíduos, classes sociais e relações sociais: a política e a luta de classes são elementos internos à lei do valor e à compreensão da questão social. Se sua base material é a produção e o consumo de mercadorias, estamos falando também do trabalho enquanto atividade humana, repleta de subjetividade, de identidade, de costumes e vida. Uma interpretação da questão social como elemento constitutivo da relação entre Serviço Social e a realidade, tendo como mediação as estratégias de enfrentamento adotadas pelo Estado e pelas classes – o que envolve a política social como um elemento central. (BEHRING e BOSCHETTI, 2010: 53)

4. O Trabalho e suas múltiplas determinações no capitalismo

Partindo do pressuposto de trabalho enquanto categoria legítima da sociedade capitalista, na medida em que assume uma característica de mercadoria e a venda da força de trabalho da classe operária é necessária e indispensável para sua manutenção e sobrevivência. É através desta relação que a sociedade capitalista se mantém e se reproduz.

No atual cenário esta relação permeada pelo trabalho assume novas configurações.

Segundo ALVES e ANTUNES (2004)

Desse modo, para se compreender a nova forma de ser do trabalho, a classe trabalhadora hoje, é preciso partir de uma concepção ampliada de trabalho. Ela compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho, não se restringindo aos trabalhadores manuais diretos, incorporando também a totalidade do trabalho social, a

totalidade do trabalho coletivo que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário.

Os autores apontam então como tendências deste processo a retração da estabilidade formal diante da reestruturação produtiva; terceirização e subcontratação utilizando a informalidade do trabalho e leva ao aumento de desemprego; aumento da inserção do trabalho feminino, na medida em que a remuneração é inferior a do trabalhador do sexo oposto; nova configuração da classe trabalhadora; desemprego estrutural; processo produtivo desconcentrado das grandes empresas, expandindo-se para unidades de menor complexidade; crescimento do trabalho involuntário e do “Terceiro Setor” como alternativa compensatória do trabalho informal.

(...) o “Terceiro Setor” vem incorporando trabalhadores(as) que foram expulsos do mercado de trabalho formal e passam a desenvolver atividades não-lucrativas, não-mercantis, reintegrando-os, este pode ser considerado seu traço positivo. Ao incorporar – ainda que de modo também precário – aqueles que foram expulsos do mercado formal de trabalho, estes seres sociais se vêem não mais como desempregados, excluídos, mas realizando atividades efetivas, dotadas de algum sentido social e útil. Mas devemos reiterar que essas atividades são funcionais ao sistema, que hoje se mostra completamente incapaz de absorver os desempregados e precarizados. (ALVES e ANTUNES, 2004: 340)

Diante do contexto Neoliberal, o trabalho assume novas configurações e a classe trabalhadora engloba o trabalhador improdutivo, trabalhador rural e os desempregados, ou seja, todos que sobrevivem da venda de sua força de trabalho e que não possuem os meios de produção. *Como todo trabalho produtivo é assalariado, mas nem todo trabalhador assalariado é produtivo, uma noção contemporânea de classe trabalhadora deve incorporar a totalidade dos(as) trabalhadores(as) assalariados(as).*(ALVES e ANTUNES, 2004:343). Diante deste quadro, novas formas de configuração de trabalho estão postas na sociedade atual.

O trabalho neste contexto se torna, fragmentado, focalizada e excludente:

Sob a condição da separação absoluta do trabalho, a alienação assume a forma de *perda de sua própria unidade: trabalho e lazer, meios e fins, vida pública e vida privada*, entre outras formas de disjunção dos elementos de unidade presentes na *sociedade do trabalho*.[...]Quando se pensa na enorme massa de trabalhadores *desempregados*, as formas de absolutização da alienação são diferenciadas. Variam da *rejeição da vida social, do isolamento, da apatia e do silêncio (da maioria) até a violência e agressão diretas*. Aumentam os focos de contradição entre os desempregados e a sociedade como um todo, entre a “racionalidade” no âmbito produtivo e a

“irracionalidade” no universo societal. Os conflitos tornam-se um problema social, mais do que uma questão empresarial, transcendendo o âmbito fabril e atingindo o espaço público e societal. (ALVES e ANTUNES, 2004: 348 e 349)

5. Parcial análise dos dados coletados

A coleta dos dados foi realizada com 20% dos moradores de um determinado condomínio na zona oeste do Rio de Janeiro. Durante o desenvolvimento desta coleta de dados algumas temáticas foram mais relevantes e merecem destaque, na medida em que durante o início do processo de análise de dados demonstraram bastante recorrência.

Destacaremos a seguir alguns dados resultantes desta pesquisa e uma breve análise dos mesmos, trazendo um debate acerca das questões postas.

Dentre as 56 pesquisas realizadas, 46 foram respondidas por mulheres em idade adulta, considerando que os dados foram coletados em horário comercial, podemos destacar que são mulheres excluídas do mercado de trabalho formal e que tem seus meios de sobrevivência providos por demais componentes da residência, inserção em programas de transferência de renda, quando enquadradas em seus critérios focalizados e seletistas, algumas relataram inclusive estarem passando por período de extrema dificuldade financeira.

A este fato de as mulheres serem majoritariamente as pesquisadas pode estar atrelados a dois ângulos, são eles: 1) Desemprego estrutural, principalmente por terem sido realocadas para uma localidade mais distante dos grande centro urbano, onde no entorno possuem mais facilidade de acesso. 2) Este fato pode estar atrelado ao sexismo², que em síntese significa atos praticados com base na discriminação sexual. Devido a resquícios de um determinado período histórico em que o homem exercia pleno domínio sobre as mulheres. Cabe ressaltar, que esta dominação ainda não foi rompida de forma total, e atualmente ainda há vestígios desta configuração histórica e cultural.

Retomando o ponto acima citado no que diz respeito a desemprego, este não afetou somente a população feminina, porém, estas foram as mais afetadas, principalmente as mulheres que exerciam suas atividades laborativas em suas

² Sobre este conceito consultar: MORAES, Marcia. Ser humana: quando a mulher está em discussão. Rio de Janeiro: DPCA. 2002:26.

residências e a partir daí obtinham a renda necessária para sua sobrevivência. São estas as costureiras que devido a proximidade com o centro comercial, articulavam seu saber profissional as necessidades do mercado, ou seja, produziam em larga escala para as lojas que ficavam próximas a sua residência e após a mudança esta articulação foi dificultada devido a distância, que dificulta o transporte de todos os insumos necessários para a realização das tarefas.

O desemprego afetou uma considerável parcela dos moradores, visto que encontram-se em uma área afastada do comércio³ e onde não possuem muitas alternativas para acessar o transporte público, principalmente o que tem como trajeto o antigo território de moradia.

Este assunto remete a categoria trabalho brevemente discutida anteriormente utilizando os autores : Giovanni Alves e Ricardo Antunes.

Com isto a renda das famílias ficou mais fragilizada e os custos com a mudança aumentaram, na medida em que os gastos com despesas do condomínio foram incluídos ao orçamento familiar, sendo então obrigados a pagar a taxa mensal necessária à manutenção das despesas do condomínio, incluindo os gastos referente a água e luz nas áreas comuns. Porém nem todos possuem condições de arcar com estas despesas e conseqüentemente todos passam por constantes expectativas de corte das mesmas, principalmente a água que por ser utilizada por todas as famílias possui um custo mais elevado, cujo condomínio não possui verba suficiente para arcar com tal despesa.

Além destas despesas acima qualificadas, de acordo com as normas do condomínio que por medidas de precaução adotam o sistema de gás encanado, que conforme relato dos moradores possui um custo também muito elevado, não estando de acordo com a realidade daquelas famílias. Muitos optam pela utilização do botijão de gás por ser mais acessível.

Relatam elevação dos gastos ainda no que diz respeito à locomoção, por residirem em um local distante dos centros de comércio e serviços. Necessitam então pagar o transporte para acessar tais serviços.

³ Sempre que verbalizado sobre emprego ou desemprego, relacionam este ao comércio, visto que onde residiam anteriormente tinham o comércio como maior empregador.

Houve relato de famílias que devido ao acréscimo destas despesas, tiveram que reduzir os custos com alimentação e remédios, ou seja, itens indispensáveis a sobrevivência humana faltaram a estas famílias, visto que sacrificaram suas necessidades para colaborar com o desenvolvimento e acumulação capitalista.

São famílias pauperizadas reassentadas involuntariamente e que de acordo com sua nova configuração de vida, tiveram seu orçamento modificado através da elevação dos custos de vida, além da perda da estabilidade no mercado de trabalho formal e que de acordo com os moldes Neoliberais foram obrigados a contribuir com as grandes empresas capitalistas, na medida em que para sua locomoção tem que pagar passagem, para viverem de acordo com as “regras legais” do condomínio precisam estar em dia com sua taxa condominial, além da utilização do gás encanado.

Cabe mencionar inclusive que além do desemprego formal que foi gerado, estes(as) moradores(as) não podem exercer funções comerciais no interior de suas moradias, ou seja, a alternativa cabível para amenizar esta situação de vulnerabilidade em que se encontram não pode ser implementada. Alternativa esta não só para quem necessita obter renda necessária a sobrevivência, mas também aos demais que por não ter comércio perto, tem uma possibilidade de obter os produtos.

Muitos moradores não acatam estas regras e possuem no interior de suas residências seus locais de comércio. O que podemos chamar de “mobilidades laterais”, utilizando os Termos da autora Vera Telles⁴, que se designa às marcas dos trabalhadores das grandes metrópoles.

Nestes aspectos acima relacionados é possível de serem vistas várias formas como a questão social se apresenta no cotidiano destes indivíduos, que diante do contexto da sociedade capitalista Neoliberal, são estabelecidos os mínimos sociais através das políticas públicas, na medida em que o Mercado possui maior respaldo do Estado.

De acordo com SANTOS (2012: 114). *“O problema é desafiante, pois a organização espacial tende a contribuir para que aumente a pobreza e se a pobreza também é um fator na organização do espaço, o dado essencial está em outro nível”*.

⁴ Sobre este termo consultar: HIRATA, Daniel e TELLES, Vera: Cidades e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. Estudos Avançados, nº 61, 2007.

Outro fato de bastante relevância foi o de apenas seis moradores terem preferência pela nova moradia, considerando todos os aspectos a ela relacionados. Todos os demais tem preferência pela antiga localidade, mesmo os que relataram viver em condições precárias, ou até mesmo insalubres e considerar o local como área de risco. Muitos consideram a estrutura desta nova moradia como melhor e mais segura, porém relatam que seus vínculos estavam estabelecidos no antigo território em que habitavam, por diversas questões colocadas em discussão.

Segundo SANTOS (2006:66) este é um aspecto pelo qual *“sua existência geográfica é dada pelas relações sociais a que o objeto se subordina, e que determinam as relações técnicas ou de vizinhança mantidas com outros objetos.”*

Esta afirmação reforça a premissa de que os locais de vivência são indicadores de como as relações sociais são dadas e que logo, o aspecto geográfico é influente na qualidade de vida da população e nas condições de saúde e saneamento básico.

Entretanto, este aspecto não foi considerado durante este processo de realocação destas famílias na medida em que segundo apontam os relatos houve promessa de manutenção dos indivíduos próximos ao local em que residiam e que esta promessa, no entanto, não foi cumprida.

A partir disto, houve avaliação das casas, porém de acordo com a maioria dos relatos, suas residências foram avaliadas abaixo do valor que julgavam ser justo, não restando então outra alternativa a não ser mudarem-se para esta localidade em que se encontram atualmente.

De acordo com alguns relatos, houve receio em permanecer na antiga residência devido a ameaças de remoção compulsória.

O discurso utilizado para que esta desapropriação acontecesse de forma consensual foi o de retirarem os moradores de uma área de risco e de condições precárias para serem remanejados para uma moradia mais digna e segura. Entretanto, não foi levado em consideração o desejo destes indivíduos, que foram retirados de seus meios de vivência e reprodução das relações sociais.

O problema que se propõe é o de reconhecer a densidade demo-econômica, que inclui os homens com o seu poder efetivo de produzir, a sua capacidade de circular, representada pela densidade das vias e dos meios, sua força de consumo; tudo isso considerado como um contexto do qual a localidade e a

rede urbana são inseparáveis. A localidade, isto é, a cidade, busca a sua medida exatamente nesse jogo de fatores, mas sua *raison d'être* são aquelas necessidades mínimas, incompreensíveis e inadiáveis que, todavia, evoluem segundo leis econômicas, socioideológicas e políticas. Um estudo de situação, cuja simulação é possível, pode, numa primeira aproximação e tendo em vista as diferenças sub-regionais, indicar o número de núcleos que é preciso imaginar para que a aglomeração possa exercer suas funções ideais. (SANTOS, 2012:115)

A partir desta perspectiva de análise a respeito da totalidade das questões que envolvem moradia, o trabalho com este público alvo deve ser pautado tendo por base uma perspectiva de cidadania e respeito para com os mesmos. Numa lógica de entendimento acerca do sentimento de pertencimento que estes indivíduos desenvolvem com o local em que seus mais diferenciados vínculos são efetivados no decorrer de sua existência e vivência naquele local em questão. Porém, nesta lógica mercadológica e discriminatória em que estamos vivendo o que há é a divisão de fronteiras entre as classes sociais.

Este trabalho contém uma breve e superficial análise dos dados coletados para a realização do trabalho de conclusão de curso. Cabe aqui mencionar, que é uma pesquisa ainda em desenvolvimento.

O estudo está em processo e os dados passam por análises mais minuciosas e criteriosas. Até o presente momento este é o resultado mais aproximado que posso apresentar de forma fidedigna ao que até aqui foi analisado.

Maiores esclarecimentos sobre esta temática estarão contidos em trabalhos posteriores.

Referências Bibliográficas:

ALVES, Giovanni e ANTUNES, Ricardo. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. Vol. 25, Nº 87. Campinas: Educ. Soc. 2004.

IAMAMOTO, Marilda Vilela e CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 28 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, Josiane Soares. **Particularidades da “questão social” no capitalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 5 ed. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2006.